

W. W. Rostow

Theorists of economic growth from David Hume to the present

New York, NY, USA, Oxford University Press, 1990. xx + 712 p., US\$39,95.

A finalidade da produção é o consumo, e quanto mais, melhor. Talvez filósofos e espiritualistas discordem, mas os economistas explicarão esse anéxim em termos de mais opções e horizontes mais amplos, mais oportunidades e liberdades: em suma, de uma vida mais "plena". Aquilo que faz as economias crescerem e torna seus membros mais prósperos está no centro da disciplina da economia.

O novo livro de Rostow é um deleite: panorâmico, rico, lúcido e aviado pelo humor (qualidade não muito ligada à "ciência triste", a economia política). O livro pode ser considerado em muitos níveis; como obra de referência, para ocasionais consultas mais aprofundadas, ou para ser atentamente lido do princípio ao fim. A contribuição dos principais economistas (não falta nenhum dos mais famosos) sobre vários aspectos do crescimento é apresentada sucintamente, dentro da visão mais ampla de sociedade, própria a cada um.

Só um capítulo aborda a economia do desenvolvimento — o fenômeno acadêmico do pós-guerra, ao qual foram sacrificadas tantas teses de doutorado, para não falar nas florestas derrubadas, nos encontros e conferências que tiveram de ser suportados, nos institutos criados — e tudo em nome de quê? A hipótese (talvez fosse melhor dizer ideologia) em que se baseou esse empreendimento — a de que as políticas públicas (planejamento e intervenção maciços do governo, escorados na assistência externa) "resolveriam" os problemas do subdesenvolvimento e acelerariam o processo desenvolvimentista — desmoronou; renomados economistas do desenvolvimento fizeram seus *mea culpas*. Não é o caso de chorar pelos economistas (que afinal se desempenharam bastante bem); o lamentável de grande parte da economia desenvolvimentista é sua influência sobre as "estratégias" econômicas, o fato de ter gerado políticas que muitas vezes vieram a tolher o desenvolvimento das economias, causar-lhes distorções, fazê-las estagnarem.

Não existe uma teoria única e universal de crescimento econômico: o processo depende muitíssimo de fatores não-econômicos diversos, mutáveis e impossíveis de teorizar. Até a própria idéia de crescimento, ou "cres-

cimentismo", vem sendo novamente atacada nos últimos anos. Se o PNB aumenta, isso não quer dizer muita coisa, se não se atentar para a qualidade do crescimento e para outras questões como danos ao meio ambiente, esgotamento de recursos, democracia e liberdade. Rostow fala de tudo isso, mas se escrevesse o livro dentro de alguns anos, talvez dedicasse muito mais espaço à discussão das dimensões não-econômicas do crescimento. A história não tem sido gentil para com Rostow: várias das questões tratadas no penúltimo capítulo (o debate sobre sistemas econômicos, o papel que cabe ao governo, a guerra fria) já estão mais ou menos resolvidas — pelo menos por enquanto. E talvez os cidadãos soviéticos se alegrem por saber que, pela taxionomia de Rostow (p. 446), incluem-se desde meados dos anos 50 no grupo de países "de grande consumo de massa".

Rostow prestou um valioso serviço. Seu livro é uma das principais publicações na história do pensamento econômico. Rostow é um devoto (senão o inventor) do método de etapas de crescimento; com este livro, chega à etapa mais alta.

Bahram Nowzad

Janos Kornai

The road to a free economy

New York, NY, USA, W. W. Norton, 1990. 224 p., US\$8,95.

O Professor Kornai, eminente economista do Leste europeu, abandona seu habitual academicismo e escreve um pequeno tratado para leigos, concentrado em circunstâncias específicas da Hungria, mas aplicável a outras economias de planificação central que ora se voltam para o mercado. Apesar de não ser escrito em linguagem técnica, o livro é uma análise econômica detalhada e bem concatenada. Seu maior mérito é mostrar a estreita relação entre as duas tarefas principais das políticas econômicas com que se defrontam os países do Leste europeu: a criação de uma economia de mercado e a estabilização macroeconômica. Mesmo reconhecendo que a primeira das tarefas não pode

processar-se rapidamente, o autor frisa que devem ser adotadas desde o início medidas firmes de estímulo ao setor privado, requisito para o sucesso de um programa de estabilização, e que o caminho intermediário do "socialismo de mercado" está fadado ao fracasso.

Kornai examina primeiro os detalhes da transformação de um sistema de socialismo planificado em uma economia liberal de mercado; depois demonstra as principais medidas a se adotar para acabar com a inflação, minimizar o desemprego (resultado inevitável da reestruturação da economia) e manter o balanço de pagamentos em posição viável. Ao examinar a criação de uma economia de mercado — num capítulo intitulado simplesmente Propriedade — Kornai preconiza uma base legal para o cumprimento de contratos e concede às unidades econômicas privadas liberdade para comprar e vender propriedade, fixar preços e salários, e assumir transações de comércio exterior e em divisas. Sustenta

que a privatização das empresas estatais tem de ser gradual, e que tais empresas não podem "ser vendidas a países estrangeiros a preços mínimos, como se fosse uma liquidação". Administrar as empresas estatais continua sendo um problema: Kornai pede algum controle político para garantir, entre outras coisas, que o setor privado receba uma parcela adequada do crédito disponível.

Ao analisar as políticas de estabilização, Kornai atribui grande importância à contenção da inflação por meio de políticas fiscais e monetárias rígidas: as empresas estatais não deveriam ser afiançadas com subsídios ou facilidades de crédito. Os déficits fiscais reduzir-se-iam mediante cortes drásticos nos subsídios ao consumo e à produção, e também mediante um sistema tributário não-progressivo baseado no consumo (i.e., valor adicionado), taxas de contribuição à Previdência Social e imposto sobre os lucros. A necessidade de estimular a produção e o investimento justifica

impostos não-progressivos. Contudo, para se atingir esses objetivos, as medidas tributárias devem ser paralelas à liberalização de preços, à taxa cambial uniforme e à liberalização do comércio exterior e das transações em divisas. Eventualmente, o banco central estabelecerá o florim conversível, mas até isso ser possível seriam permitidas transações de livre mercado. Mobilizar-se-ia assistência ocidental e se

renegociaria as dívidas externas. Tudo isso dentro da maior simultaneidade possível: Kornai demonstra de modo irretorquível que o fracasso em qualquer das áreas impediria progressos nas demais.

Ao longo dessa análise e na parte final, Kornai examina questões sociais e políticas. As empresas privadas devem ser estimuladas, mas é preciso prestar "ajuda huma-

nitária" aos pobres; ainda não foram bem exploradas as conseqüências fiscais dessa assistência. Ao sustentar que seu programa deveria receber um firme apoio político do povo já cansado de fracassos, Kornai adota um tom ao mesmo tempo exortatório e analítico.

Anthony Lany

Paul Krugman

The age of diminished expectations

U.S. economic policy in the 1990s

Cambridge, MA, USA, MIT Press, 1990. xii + 204 p., US\$17,95.

Henry R. Nau

The myth of America's decline

Leading the world economy into the 1990s

New York, NY, USA, Oxford University Press, 1990. 424 p., US\$29,95.

Os autores de ambas as obras concordam que não está sendo bom o desempenho da economia norte-americana e que a se manterem as atuais políticas, por volta de 2000 os EUA já não serão a potência econômica que são hoje. Mas acabam aí as semelhanças entre os dois livros. Para Krugman, a opinião pública dos EUA já aceitou um desempenho certamente fraco, ainda mais se comparado com o que se podia esperar há cerca de 20 anos, quando o país vivia o grande *boom* do pós-guerra. Apesar dos sucessos obtidos a partir de 1980 — em especial a queda da inflação e a maior oferta de emprego —, houve grandes fracassos. Esses fracassos são relatados em tudo quanto lemos e escutamos todos os dias: a pronunciada desaceleração da produtividade, o não-crescimento dos salários reais, a crescente desigualdade da distribuição de renda, o aumento quantitativo e qualitativo da pobreza, o persistente déficit comercial que tornou os EUA dependentes de grandes influxos de capital externo, alterações no valor do dólar, o déficit orçamentário enorme e aparentemente incontornável e a crescente dívida pública. Além disso, há também a derrocada dos empréstimos e poupanças, a crise da dívida do

Terceiro Mundo, várias encampações e vendas privilegiadas de empresas norte-americanas. Contudo, afirma Krugman, é surpreendente o pouco empenho político em melhorar a economia. É a "era das expectativas reduzidas".

O pequeno livro de Krugman — uma jóia — é escrito com clareza, às vezes mesmo de modo envolvente, e apresenta 31 gráficos de deliciosa simplicidade (que o autor vez por outra chama de "quadros"). Krugman não adota qualquer postura fixa; explica a situação e as questões correlatas e apresenta os pontos de vista de economistas bem conhecidos por suas opiniões divergentes. Quando enuncia sua própria opinião, o faz com cautela. E termina apresentando três cenários possíveis das conseqüências das atuais políticas, se forem mantidas. O primeiro é um "final feliz" — uma nova prosperidade que faça parecerem irrelevantes os sombrios vaticínios de hoje. O segundo é uma crise grave — uma "aterisagem difícil" —, decorrente dos excessos dos anos 80. Krugman atribui a cada um dos cenários menos de 30% de probabilidade. O terceiro, que considera quase uma previsão, é que a economia continue "à deriva". Essa conclusão, embora melancólica, parece mais realista.

A postura de Henry Nau é mais otimista. Para ele, os EUA podem voltar a liderar a economia mundial, como no período 1947-67. Para tanto, é preciso que o país assuma uma posição política dominante e adote políticas de livre mercado, com baixos níveis de despesa governamental, baixos impostos sobre a renda, menos regulamentações do governo, recurso a empresas privadas e à concorrência, e suspensão de barreiras internacionais à livre circulação de produtos, mão-de-obra e capital.

Nau defende seu ponto de vista com base em boas pesquisas da história das políticas norte-americanas a partir de 1944. Só encontra dois períodos de bom desempenho econômico: o longo período do pós-guerra que teve início com o plano Marshall e prolongou-se até

1967, e a primeira administração Reagan, de 1981 a 1984. A seu ver, o sucesso do primeiro período deveu-se à liderança dos EUA e ao fato de o Ocidente buscar políticas macroeconômicas conservadoras, à pouca regulamentação governamental sobre o setor privado e à redução de barreiras comerciais e cambiais, o que baixa a inflação e propicia preços e taxas cambiais estáveis. No período 1981-84, voltou-se a essas políticas conservadoras. Nau reconhece que após 1984 a administração Reagan esmoreceu, por não haver suficiente vontade política de ater-se às políticas tal como concebidas em 1981.

Vê-se, porém, que muitos dos problemas ora enfrentados pela economia dos EUA podem ser atribuídos a essas políticas. A liberalização foi em grande parte responsável pela derrocada dos empréstimos e poupanças; a concorrência dos bancos comerciais contribuiu para os empréstimos excessivos ao Terceiro Mundo e para outros empréstimos excessivos e arriscados, que hoje ameaçam de insolvência o sistema bancário; o imposto menor sobre a renda quase levou o governo à falência; e a crescente desigualdade de renda está fazendo surgir, em ricos e pobres, a consciência de classe que hoje responde em parte pelas dificuldades políticas em solucionar o déficit orçamentário. Além disso, a expansão econômica do país nos anos 80 foi em grande parte financiada pelas poupanças do resto do mundo. É válida a comparação com a época do plano Marshall, mas não pelos motivos apontados por Nau. Os EUA, que dispunham de grande parcela das reservas mundiais de ouro, podiam e queriam prestar assistência à Europa Ocidental. Por outro lado, a adoção do plano Marshall não é exemplo de políticas de livre comércio, e sim uma ação governamental coordenada e cuidadosamente planejada. Convém portanto temperar o otimismo de Nau com uma boa dose de ceticismo.

Margaret Garritsen de Vries

Macroeconomic policy

Cambridge, MA, USA, Harvard University Press, 1990. 379 p., US\$27,50.

O livro é uma coletânea de 13 estudos de autoria de um dos mais destacados e mais lidos profissionais da teoria macroeconômica. Com exceção de um, todos os estudos já tinham sido publicados, e muitos são conhecidos de quem esteve a par do que ocorreu na teoria e nas políticas macro durante os últimos 10 anos. Incluem-se nesses estudos o trabalho de Barro e David Gordon sobre a controvérsia "regras-versus-arbitrio", e seu trabalho mais recente sobre políticas fiscais. Constam também do livro dois estudos muito recentes, um deles sobre orientação das taxas de juros para determinados alvos, e outro um levantamento do método de Ricardo para déficits orçamentários.

O livro tem três partes principais, que correspondem aos temas sobre os quais Barro escreveu nos últimos 10 anos. A Parte I trata do debate "regras-versus-arbitrio", e além dos dois estudos em co-autoria com Gordon, inclui um conciso capítulo intro-

duatório referente às questões principais. A Parte II trata da função do dinheiro no ciclo econômico e a Parte III aborda questões de política fiscal.

Em seu trabalho com Gordon, Barro analisou uma economia simples na qual a produção reage positivamente à inflação inesperada. O objetivo principal era formular uma teoria positiva das políticas monetárias aplicáveis dentro dos atuais acordos monetários nos EUA, onde cabe à Reserva Federal amplo arbítrio para implantar políticas sem seguir regulamentações formais. Além da previsão de inflação relativamente alta (relativa, ou seja, em equilíbrio com as regulamentações), o modelo usado prevê as reações das políticas a várias alterações no contexto econômico. Examina-se também até que ponto as autoridades monetárias estarão credenciadas (em função do sucesso que já obtiveram no controle da inflação) a substituir as regras formais para esse controle.

Os três capítulos que reexaminam o papel do dinheiro nas flutuações da economia deixam claro que Barro quer dar menos importância aos efeitos reais das variáveis monetárias. Posição, no entender do autor, coerente com os indícios de que se dispõe.

Na área fiscal, a contrapartida da neutralidade monetária é o chamado teorema de equivalência, de Ricardo, que não considera pertinente o método de financiamento de determinados déficits (por tributação ou empréstimos). Há vários argumentos contrários à opinião de Ricardo, mas a conclusão básica de Barro é que "assim como o teorema Modigliani-Miller para finanças empresariais — o teorema de Ricardo é o ponto de partida certo para a análise das finanças intertemporais do governo" (p.4). A última parte do livro faz um elegante levantamento dessas questões e expõe o modelo de Barro de tributação mais suave e testes empíricos de suas principais implicações, bem como pesquisas dos efeitos macroeconômicos da despesa governamental, tanto teórica como empiricamente.

Os trabalhos de Barro cobriram muitas das principais questões de políticas macroeconômicas que provavelmente ocuparão economistas e autoridades nos próximos anos. O livro é, portanto, leitura essencial para quem se interesse em formar opinião própria sobre o assunto.

Jonathan Ostry

William S. Haraf e Thomas D. Willett (orgs.)

Monetary policy for a volatile global economy

Lanham, MD, USA, The AEI Press, 1990. xiii + 198 p., US\$24,95.

São abundantes na literatura econômica artigos e livros que abordam a escolha de regimes cambiais e a atuação das políticas de estabilização nas economias abertas. Tais questões são importantes. Esta coletânea de seis estudos e quatro comentários, preparada para uma conferência no American Enterprise Institute, abre perspectivas interessantes nesse amplo tema.

Até que ponto a escolha do regime cambial pode ser ditada pelo tipo de problemas econômicos de um país? Terão sido excessivamente voláteis as taxas cambiais flutuantes? As flutuações cambiais causam reduções significativas no volume do comércio internacional? E as análises simuladas com modelos macroeconômicos de muitos países ensinaram muita coisa no tocante à escolha do regime cambial? Hali Edison e Michael Melvin examinam essas questões, num levantamento bastante abrangente da literatu-

ra empírica. Exame que se recomenda aos que ainda não estão convencidos de que os estudos empíricos ensinam pouco, ou nada, sobre a escolha adequada do regime cambial. Recomenda-se também o comentário de Morris Goldstein sobre outras questões correlatas, como a possibilidade de a escolha de regimes cambiais afetar muito a capacidade de as autoridades disciplinarem as políticas fiscais.

Thomas Willett e Clas Wihlborg questionam a opinião muito comum de que os fluxos internacionais de capital e as oscilações da taxa cambial são basicamente adversos. Salientam os autores que os fluxos de capital tanto podem agravar quanto atenuar as oscilações da taxa cambial, a instabilidade macroeconômica interna e a disseminação internacional dos problemas. Mais de metade do capítulo trata da determinação da taxa cambial e do comportamento do dólar norte-americano nos anos 80. Opiniões diferentes sobre esses assuntos constam respectivamente do comentário de William Branson e do estudo e comentário de Alan Stockman e Jeffrey Frankel. Há ainda no livro um capítulo sobre a evolução européia para a unificação econômica e monetária,

de Gottfried Haberler.

Os dois últimos estudos esclarecem questões ligadas à dívida e ao déficit externo norte-americanos. Guido Tambellini sustenta que a acumulação de uma elevada dívida líquida denominada em dólar pode prejudicar o empenho dos EUA em combater a inflação, além de ter outras implicações para a cooperação monetária internacional. A conclusão de que "a cooperação monetária... pode dar menos incentivos para que o país devedor corrija seu déficit fiscal" (p. 144) não é convincente, pelos motivos apresentados no perspicaz comentário de Jacob Dreyer. Mesmo assim, o estudo interessará a muitos leitores.

O breve estudo de Richard Cooper trata da "aritmética desagradável" de eliminar o déficit de conta corrente dos EUA. Conclui, com moderação, que sem a criação de novos mecanismos que contribuam para um aumento substancial das importações dos países em desenvolvimento, não será possível eliminar num prazo de cinco anos o déficit dos EUA, a fim de se evitar a recessão mundial.

Peter Isard

Principles of budgetary and financial policy

Cambridge, MA, USA, The MIT Press, 1990. vii + 461 p., US\$40.

Na área de economia fiscal há uma grande defasagem entre os que se especializam na teoria microeconômica neoclássica das finanças públicas e os especialistas na teoria macroeconômica neo-keynesiana da política de estabilização. Willem Buiter é um dos pioneiros que tentou forjar elos entre ambas, ao formular e analisar habilidosamente os fundamentos microeconômicos de nossas macroteorias. O sucesso dessa abordagem é amplamente demonstrado nesta coletânea de 13 artigos, a maioria dos quais foi publicada entre 1976-88.

Inevitavelmente, muitos desses ensaios são calcados em cálculos matemáticos, tornando a análise inacessível ao leigo. Mas por trás dos modelos de Buiter, sofisticadamente formulados, há uma discussão de algumas das questões de política mais prementes: como os

economistas podem explicar a ocorrência simultânea de déficits fiscais de conta e corrente de balanço de pagamentos? Um déficit fiscal tão alto assim deve inevitavelmente resultar em inflação? Será que a despesa subjacente a um déficit assim tão alto vai "tirar o espaço" da poupança privada e a formação de pagamentos? As respostas que os economistas formularam para tais perguntas por sua vez determinaram as políticas econômicas que afetam diretamente o homem da rua.

Embora à primeira vista este conjunto de ensaios pareça algo heterogêneo, podem-se discernir quatro temas principais. Primeiro, a influência da política fiscal sobre a estabilização não pode ser analisada separadamente de suas influências sobre alocação e distribuição. Em muitos desses ensaios, Buiter esclarece como certos instrumentos de política fiscal adotados para fins de estabilização, à medida que afetam a demanda global, alteram os preços relativos e, conseqüentemente, a distribuição de recursos. Segundo, o autor nos obriga a tomar consciência de que o modo de mensurarmos as coisas modifica a nossa

compreensão dos processos que estamos mensurando. Em particular, ao tentar mensurar a atividade do setor público com o passar do tempo, o autor enfatiza que não há medidas da posição fiscal "livres de um modelo", e obrigamos a reexaminar os modelos sobre os quais se baseiam nossas mensurações convencionais. Terceiro, nenhuma análise da política fiscal pode ser completa sem se levar em conta a relação entre atividade econômica pública e privada. Enquanto outros se concentraram quase exclusivamente na substituição da atividade econômica privada pela atividade econômica pública, ou seja, a "ocupação do espaço" de uma pela outra, o autor fica em apuros quando ressalta que na medida em que a atividade do setor público reforça ou é complementar à do setor privado, poderia haver perfeitamente o contrário, ou seja, uma "ampliação do espaço". Quarto, e talvez o aspecto mais controverso, o autor acredita firmemente na importância da escolha de modelos financeiros alternativos no sentido de afetar o impacto fiscal sobre a inflação, a solvência e o "deslocamento do espaço".

Jack Diamond

Andrew B. Stoeckel, David Vincent e Sandy Cuthbertson (orgs.)

Macroeconomic consequences of farm support policies

Durham, NC, USA, Duke University Press, 1989. xiii + 381 p., US\$57,50.

O protecionismo agrícola internacional vem merecendo cada vez mais atenção, sobretudo no âmbito das negociações sobre comércio constantes da Rodada do Uruguai. A discussão centrou-se no alto nível desse protecionismo nos principais países e blocos comerciais. O livro, instigante e bem escrito, reúne 10 pesquisas que visam a alertar a opinião pública e as autoridades para os custos e benefícios macroeconômicos dessas políticas, nos países industrializados e naqueles em desenvolvimento.

Qualquer análise desse fenômeno seria incompleta caso se limitasse ao setor agrícola. Faz-se necessária uma análise econômica ampla, que englobe a segunda etapa (os efeitos que se seguem ao primeiro impacto da mudança de políticas) e os efeitos indiretos. É justamente o que fazem pesquisadores de diversas partes do mundo em seus estudos sobre Austrália, EUA, Japão, Rep. da Coreia, Comunidade Européia (CE) e seis países em desenvolvimento representativos.

A análise levanta inúmeras controvérsias

sérias. Os países em desenvolvimento — até mesmo os que exportam petróleo e importam alimentos em base líquida — poderão ganhar com um aumento estimado em US\$26 bilhões na renda real resultante da liberalização agrícola nos países industrializados (Loo e Tower, Capítulo II). A adoção dessas políticas também fortalecerá a posição econômica dos países industrializados. O protecionismo agrícola custou à economia alemã de 200 mil a 400 mil empregos e uma queda de 3% no PIB real, uma vez que os preços mais altos tornaram os produtos industriais menos competitivos no mercado internacional (Dicke et alii, Capítulo III). Os quatro maiores países da CE perderam cerca de 4 milhões de empregos (Breckling et alii, Capítulo IV), a receita japonesa de exportações caiu 3%, e o salário real médio caiu 2,5% em virtude de preços agrícolas mais altos (Vincent, Capítulo V). Países recém-industrializados, como a Rep. da Coreia, enfrentarão conseqüências econômicas semelhantes (Vincent, Capítulo VI). No caso da Austrália, que tributa a agricultura indiretamente, por meio do protecionismo à indústria, os preços internos baixariam e a competitividade internacional aumentaria se nenhum dos dois setores recebesse assistência (Higgs, Capítulo X).

Tanto o orçamento governamental quanto o saldo comercial dos EUA melhorariam, assim como se elevaria a renda real, se a agricultura fosse liberalizada (Feltenstein, Capítulo

VII; Robinson et alii, Capítulo VIII), ainda que os EUA procedessem unilateralmente à liberalização. O resultado seria uma redução de 5,5% na mão-de-obra agrícola (Hertel, Capítulo IX), embora os ajustes da produção no setor agrícola não fossem uniformes; os setores açucareiro e de laticínios encolheriam, enquanto o de sementes oleaginosas se expandiria. A produção manufatureira não-agrícola e de serviços aumentaria em US\$18 bilhões, elevando em US\$14 bilhões a renda real dos EUA.

Evidentemente tais resultados são significativos na elaboração das políticas econômicas. Cabe, porém, uma advertência: modelos que cobrem toda a economia (equilíbrio geral "computável") apresentam muitas hipóteses simplificadoras, dependem muito de elasticidades estimadas externamente e trabalham com dados de um determinado ano, tomado como ano "de equilíbrio". Os resultados são muito sensíveis ao emprego de elasticidades diferentes e às hipóteses e dados de que se parte. Contudo, são modelos com bases microeconômicas sólidas, têm coerência interna e podem fornecer resultados setoriais detalhados, o que permite aos formuladores de políticas considerarem os mecanismos que estão por trás dos resultados. Ao interpretar os resultados, é talvez melhor concentrar-se na orientação da mudança do que em sua amplitude.

Sanjeev Gupta